POLÍTICA

NORMA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

ID: PV-NR005

Versão 4.1

Emissão: Janeiro 2025

Àrea: Privacidade

SUMÁRIO

1. OBJETIVO **3**
2. ABRANGÊNCIA **3**
3. REFERÊNCIAS E CITAÇÕES **3**
4. CONCEITOS / GLOSSÁRIO **3**
4.2. Siglas 6
5. DIRETRIZES **6**
5.1. DO TRATAMENTO DOS DADOS 6
5.1.1. Princípios 7
5.1.2. Bases legais 8
5.1.3. Canais de coleta 9
5.1.4. Compartilhamento com terceiros 10
5.2. Direitos dos titulares 10
5.3. Da segurança dos dados 12
5.3.1. Garantias e comunicação sob aspecto de segurança 13
5.3.2. Ciclo de vida do dado pessoal 14
5.3.4. Ambiente de testes 15
6. DO PROGRAMA DE PRIVACIDADE **15**
7. DA REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS PERIÓDICAS **15**
8. RESPONSABILIDADES **16**
8.1. Responsabilidades Gerais 16
8.2. Responsabilidades Específicas 16
9. ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (DPO) **17**
10. VIGÊNCIA E REVISÃO **18**
11. CONTROLE DE VERSÕES **18**

Este documento não pode ser usado, copiado ou cedido sem prévia autorização da diretoria da Toro CTVM. Em caso de impressão, cópia não controlada

1. OBJETIVO

Formalizar as diretrizes para controles de segurança da informação e mitigação de riscos que possam gerar incidentes no âmbito de tratamento dos dados pessoais, bem como informar às partes envolvidas a forma em que é realizado o tratamento dos dados pessoais nas empresas do Grupo Toro ("Toro") conforme regramentos da Lei Geral de Proteção de Dados.

2. ABRANGÊNCIA

Aplica-se a todos os usuários com acesso às informações das empresas do Grupo Toro, independente do seu vínculo com a empresa, ou seja, gestor, colaborador, estagiário, temporário, terceiro, prestador de serviço ou de qualquer forma no âmbito de Representante e/ou Parceiro de Negócios.

3. REFERÊNCIAS E CITAÇÕES

- ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 — Técnicas de segurança — Sistemas de gestão da segurança da informação — Requisitos.
- ABNT NBR SO/IEC 27002:2013 — Técnicas de segurança — Código de prática para controles de segurança da informação.
- Lei nº 13.709 14/08/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados

4. CONCEITOS / GLOSSÁRIO

4.1. Definições

4.1.1. Incidentes de Segurança da Informação:

É um evento adverso confirmado que comprometa a confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados pessoais. Pode decorrer de ações voluntárias ou acidentais que resultem em divulgação, alteração, perda ou acesso não autorizado a dados pessoais, independentemente do meio em que estão armazenados.

4.1.2. Segurança da Informação:

"É a proteção da informação contra diversos tipos de ameaças para garantir a continuidade dos negócios, minimizar os danos aos negócios e maximizar o retorno dos investimentos e as oportunidades de negócios". Fonte: ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013.

4.1.3. Dado Pessoal:

Qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável. Em outras palavras, qualquer informação, independente de formato (físico ou eletrônico), que possa permitir a identificação de uma pessoa natural, ou que, identificada a pessoa, possa ser associada a ela, revelando característica a seu respeito.

4.1.4. Dado Pessoal Sensível:

Qualquer dado pessoal que verse sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

4.1.5. Dado Anonimizado:

Um dado será considerado anonimizado quando, através de um processo de anonimização, forem utilizados meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, ou seja, o titular não pode mais ser identificado. Isso significa que, quando uma determinada informação a respeito de alguém for tratada de maneira que torna virtualmente impossível a identificação daquela pessoa, por meios razoáveis, o dado será considerado anonimizado.

4.1.6. Titular de Dados:

É a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objetos de tratamento. Ou seja, você que lê esta Política e possui dados tratados pela Toro é um titular de dados pessoais.

4.1.7. Controlador:

É a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. É o controlador que detém o poder decisório sobre os dados tratados, incluindo a indicação de sua necessidade, finalidades, bases legais atribuídas, o período de retenção e a forma de descarte. Em algumas situações a Toro será controladora dos dados pessoais por ela tratados.

4.1.8. Controlador Conjunto:

São pessoas naturais ou jurídicas , de direito público ou privado, que são capazes de determinar os elementos essenciais do tratamento. Essa decisão é tomada de maneira coletiva, mas não há a necessidade de que cada controlador determine todos os elementos envolvidos em uma operação de tratamento para que a controladoria conjunta se estabeleça. Ou seja, é a determinação conjunta, comum ou convergente, por dois ou mais controladores, das finalidades e dos elementos essenciais para a realização do tratamento de dados pessoais, por meio de acordo que estabeleça as respectivas responsabilidades quanto ao cumprimento da LGPD. Em algumas situações a Toro poderá figurar em controladoria conjunta junto a outro controlador.

4.1.9. Operador:

É a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. O operador apenas trata os dados conforme as determinações do controlador, desde que não violem dispositivos da LGPD ou de outras legislações, de modo que cabe a ele seguir estritamente os escopos de tratamento definidos pelo controlador e oferecer segurança aos dados tratados. Em algumas situações a Toro será operadora dos dados pessoais por ela tratados.

4.1.10. Suboperador:

É aquele contratado pelo operador para auxiliá-lo a realizar o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

4.1.11. Encarregado:

O Encarregado, também chamado de DPO (Data Protection Officer) em razão da nomenclatura europeia, é a pessoa (pode ser física ou jurídica) indicada pelo agente de tratamento (controlador ou operador) para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). É ao Encarregado que você deve direcionar toda e qualquer dúvida ou requisição que tenha acerca dos seus dados pessoais.

4.1.12. Consentimento:

É a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada. Apesar de ser a mais popular das bases legais de tratamento de dados pessoais, o consentimento não é a única delas, sendo certo, inclusive, que sequer pode ser indicada em alguns casos, como naqueles em que o tratamento ocorre por força de lei. Seu consentimento será coletado em todas as operações identificadas que exigem o uso desta base legal.

4.1.13. Cookies:

Cookies são arquivos instalados no dispositivo de um usuário que permitem a coleta de determinadas informações, inclusive de dados pessoais em algumas situações, visando ao atendimento de finalidades diversas. Entre essas informações, muitas são essenciais para o funcionamento adequado e seguro de páginas eletrônicas e para viabilizar a oferta de serviços no ambiente digital.

4.1.14. Tratamento:

Basicamente toda operação realizada com dados pessoais é uma hipótese de tratamento. A LGPD específica algumas (apesar de não ser um rol taxativo), como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

4.1.15. Lei Geral de Proteção de dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018):

É uma lei que entrou em vigor no ano de 2020, que vem para disciplinar a legalidade e a segurança no tratamento dos dados pessoais, sejam eles ordinários ou sensíveis, que veio para trazer maior legalidade nas operações de dados pessoais protegendo os dados online e offline. Ela é uma norma espelhada na General Data Protection Regulation (GDPR), que é um regulamento do direito europeu sobre privacidade e proteção de dados pessoais.

4.2. Siglas

- LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados
- GDPR: General Data Protection Regulation
- CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas.

5. DIRETRIZES

As diretrizes para a proteção de dados pessoais são o objetivo principal dessa política, sendo aplicável a todo o conjunto de dados pessoais que estejam sob controle da Toro, independentemente do modo como se realizou sua coleta. Isso deve envolver todo o ciclo de vida dos dados, desde a coleta, uso, processamento, divulgação e monitoramento dos dados. Somente é possível obter a privacidade dos dados pessoais se houver a proteção desses dados. Essa política é estabelecida, documentada e analisada criticamente, baseada nos requisitos de segurança da informação, nos requisitos legais internos e externos e em alinhamento com as diretrizes internas de segurança da informação da Toro, sendo que deverá ser comunicada a todas as pessoas envolvidas no processamento de informação de dados pessoais.

A Toro está comprometida com a adoção de melhorias contínuas na governança de privacidade e proteção de dados para atender os requisitos legais, normativos e de mercado quanto à gestão da Privacidade. Este compromisso deve ser explicitado e formalizado, orientando o estabelecimento de um cronograma de ações e esforços na execução do programa de governança, sempre alinhado com os objetivos estratégicos da empresa. A Privacidade e a Proteção de Dados é um dos pilares estratégicos do negócio e deve ser permanentemente considerada e presente em todas as nossas operações.

5.1. DO TRATAMENTO DOS DADOS

As atividades de tratamento de dados pessoais conduzidas pela Toro deverão sempre observar a boa-fé e os princípios constantes do art. 6º da LGPD, quais sejam, a finalidade, a adequação, a necessidade, o livre acesso, a qualidade dos dados, a transparência, a segurança, a prevenção, a não discriminação e a responsabilização e prestação de contas.

5.1.1. Princípios

A abordagem em relação à privacidade e proteção de dados pessoais é regida pelos princípios da LGPD e pelos princípios do *Privacy By Design*, conforme detalhado na Norma da PV-NR002 (*PRIVACY BY DESIGN)*:

- Finalidade: Garantimos que o tratamento de dados pessoais ocorra apenas para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao Titular.
- Adequação: Asseguramos que o tratamento de dados seja compatível com as finalidades informadas ao Titular, de acordo com o contexto do tratamento.
- Necessidade: Limitamos o tratamento de dados pessoais à realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes e proporcionais.
- Livre acesso: Garantimos aos Titulares o direito de consulta livre, facilitada e gratuita sobre seus dados pessoais.
- Qualidade dos dados: Mantemos a exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados pessoais.
- Transparência: Fornecemos informações claras e acessíveis sobre o tratamento de dados e os agentes de tratamento.
- Segurança: Adotamos medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e incidentes.
- Prevenção: Tomamos medidas para prevenir danos decorrentes do tratamento de dados pessoais.
- Não discriminação: Não utilizamos dados pessoais para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos.
- Responsabilização e prestação de contas: Demonstramos o cumprimento da lei e a eficácia das medidas adotadas."
- Proativo, não reativo; preventivo, não corretivo: Este princípio envolve a adoção de uma abordagem proativa na identificação e prevenção de riscos à privacidade, em vez de lidar com problemas apenas quando surgem.
- Privacidade como padrão (Privacy by default): Estabelece que a privacidade deve ser a regra dentro de nossa organização, refletindo diretamente em todos os projetos, independentemente de envolverem dados de colaboradores, clientes ou terceiros. Medidas de proteção à privacidade devem ser automáticas sempre que possível.
- Funcionalidade total: Garante que a privacidade não comprometa a eficiência dos processos, buscando a harmonia entre os objetivos da organização, incluindo segurança dos dados pessoais.
- Segurança de ponta a ponta e proteção durante todo o ciclo de vida dos dados: Os dados pessoais devem estar protegidos em todas as fases, desde a coleta até a exclusão, com medidas técnicas de segurança.
- Visibilidade e transparência: A transparência nas atividades de tratamento, o ciclo de vida dos dados e as medidas de segurança implementadas são essenciais, proporcionando informações claras aos Titulares.
- Respeito pela privacidade do Titular: Compromisso de respeitar os interesses dos Titulares, utilizando medidas de segurança e seguindo os princípios da LGPD.

Esses princípios orientam todas as nossas práticas de tratamento de dados pessoais, refletindo nosso compromisso com a privacidade e proteção de dados em todas as fases de nossas operações

5.1.2. Bases legais

A Toro não possui nenhuma operação de tratamento de dados pessoais que não possua respaldo nas bases legais elencadas nos artigos 7º e/ou 11º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, reafirmando a licitude de todas as suas operações mapeadas.

Nesse sentido, quando a Toro figurar na posição de controladora, ou controladoria conjunta, de dados pessoais, os dados poderão ser tratados de acordo com uma das hipóteses listadas abaixo:

I. Mediante coleta do consentimento expresso e inequívoco do titular dos dados, ocasião em que será informado previamente a respeito da finalidade e demais informações do tratamento;

II. Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória por parte da Toro, ou seja, nos casos em que algum ato normativo estabeleça a obrigatoriedade do tratamento, como por exemplo a legislação fiscal e/ou trabalhista e, ainda, o armazenamento interno e externo, de acordo com periodicidade documental, respeitando os prazos previstos em lei;

III. Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual o titular dos dados seja parte e a pedido do titular, a exemplo de certos tratamentos realizados em decorrência do contrato de trabalho, no caso de colaboradores da Toro, ou em caso de um fornecedor atuando dentro das dependências da Toro;

IV. Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;

V. Para proteção da vida ou da incolumidade física do titular, ou de terceiros, como por exemplo, nos casos de gravação de imagens por câmeras de segurança instaladas nas dependências da Toro;

VI. Quando verificado pela Toro que é necessário para atender aos seus interesses legítimos ou de terceiros, que podem ser para apoio e promoção de suas atividades ou para prestação de serviços que beneficiem o titular de dados, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular, que exijam a proteção dos dados pessoais. Ressalte-se que, nesses casos, é fornecido a opção do titular exercer a sua oposição, hipótese em que será suspenso e/ou interrompido o tratamento, a depender da escolha do titular. Basta que manifeste o opt-out por meio de qualquer comunicação enviada, ou

a qualquer momento, diretamente com o Encarregado (DPO) da Toro, mediante requisição diretamente nos canais de comunicação.

Por fim, também há situações mapeadas em que a Toro se encontra na posição de Operadora de dados pessoais. Nesse caso, a forma como os dados pessoais devem ser tratados será definida pelo Controlador de seus dados. No entanto, a Toro esclarece de antemão que, a privacidade e a proteção dos dados pessoais são prioridade número um na Toro e assim sendo, Toro comunica a todos os controladores de dados pessoais dos quais ela é operadora que se reserva no direito de descumprir expressamente toda e qualquer orientação fornecida pelos controladores que sejam manifestamente ilegais e/ou contrárias a qualquer dispositivo da LGPD.

5.1.3. Canais de coleta

Nossos canais de coleta poderão se dar pelas seguintes fontes:

I. Através da empresa que o titular trabalha: na grande maioria das vezes os dados pessoais serão fornecidos pela empresa para a qual o titular trabalha, para que possa ser executado os serviços combinados em contratos. Neste caso, são adotadas medidas para exigir o cumprimento das regras de privacidade e proteção de dados pessoais e a Toro solicita que sejam compartilhados apenas os dados pessoais estritamente necessários para a consecução da finalidade pretendida e, de preferência, que sejam repassados os dados em formato anonimizado.

II. Mediante o fornecimento pelo titular: os dados podem ser fornecidos pelo próprio titular à Toro em duas situações distintas, quais sejam:
    i. Consentimento expresso e inequívoco coletado previamente, em que pode-se citar a realização de pesquisa de clima interno, que é de preenchimento voluntário;
    ii. Executar um contrato ou procedimentos preliminares a um contrato do qual o titular seja parte e a pedido do mesmo: neste caso o próprio contrato de trabalho ou de cooperação existente entre o titular e a Toro; e
    iii. Mediante o fornecimento pelos pais ou responsáveis legais: todos os dados de incapazes (total ou relativamente), bem como de crianças e adolescentes somente serão tratados pela Toro após o fornecimento do consentimento de seus pais ou responsáveis legais, autorizando o tratamento;

Em todos os casos aqui descritos, o titular tem direito de saber o tipo de tratamento ao qual o seu dado é submetido, a sua duração, as finalidades a que se destina, em quais casos são compartilhados ou mesmo se algum tipo de decisão automatizada é realizado

sobre eles, desde que, claro, respeitados o direito da Toro de não revelar o seu segredo comercial ou industrial, conforme previsto no tópico 5.2 desta política.

5.1.4. Compartilhamento com terceiros

Como já destacado ao longo deste documento, a Toro se preocupa bastante com a privacidade e a proteção dos dados por ela tratados e somente os compartilha com terceiros, caso seja necessário e para cumprir com finalidades pré-determinadas. Além disso, a Toro não possui nenhuma atividade econômica integrante de seu core business que envolve o compartilhamento de dados pessoais com empresas terceiras. Por essa razão, os dados poderão ser compartilhados com terceiros apenas quando for:

I. Absolutamente necessário para viabilizar a consecução das atividades do titular, no caso de colaborador e cooperado, ou a empresa que o titular representa, no caso de ser um prestador terceiro;
II. Importante para agregar segurança aos dados tratados e garantir a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade, por exemplo, quando os dados são armazenados em nuvem hospedada em servidor externo ao da Toro;
III. Interessante ao desempenho de funções administrativas da Toro, como a medição de desempenho dos colaboradores, pesquisa de satisfação de clientes e de clima organizacional dos funcionários, desenvolvimento dos produtos e serviços da Toro e atendimento aos clientes, adotando, sempre que cabível, a anonimização dos dados em forma estatística; e
IV. Decorrente de ordem judicial, obrigação legal ou por força de autoridade administrativa competente para tanto.

Nas hipóteses acima em que o compartilhamento decorre de opção da Toro, informamos que a Toro possui documentados todos os contratos com seus parceiros, que são rigorosamente elaborados no que tange às questões de proteção de dados pessoais, estando todos de acordo e alinhados com a presente política. Além disso, os critérios de segurança de informação são elevados e sempre atualizados, visando evitar qualquer tipo de defasagem que possa causar dano ao titular ou aos dados pessoais.

5.1.5 Compartilhamento com o Santander

O Banco Santander é controlador societário do Grupo Toro e por isso, visando o desempenho de suas atividades e projetos conjuntos, poderá ocorrer o compartilhamento de dados pessoais entre o Grupo Toro e o Santander para finalidades específicas e lícitas nos termos da lei.

Dessa forma, quando for necessário o compartilhamento de dados pessoais entre as partes, independente da origem do compartilhamento, o responsável pelo projeto deverá submeter o caso para deliberação do Fórum de Fornecedores do Banco Santander, mediante prévia anuência do Encarregado pelo tratamento de dados

pessoais da Toro. O Encarregado da Toro, juntamente com as cadeiras especialistas do Fórum de Compartilhamento do Banco irão verificar a regularidade do compartilhamento, para garantir o cumprimento das leis, normas internas e externas aplicáveis a cada caso.

5.2. Direitos dos titulares

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais apresenta, em seus artigos 9º, 18º e 20º os direitos do titular de dados pessoais que podem ser requeridos da Toro mediante requisição diretamente em seus canais de comunicação, conforme Procedimento de consentimento (de atendimento de requisição dos titulares). De acordo com o art. 9º da LGPD, o titular tem direito ao acesso facilitado das informações sobre o tratamento de seus dados, o que é atendido através desta Política e de outros meios disponíveis para tanto, que são os seguintes:

I. A finalidade do tratamento dos dados;
II. A sua forma e duração, desde que respeitados os segredos comercial e industrial da Toro, ou seja, caso uma solicitação seja passível de violar os segredos comercial e industrial, se reserva no direito de não atender, conforme permitido pela LGPD;
III. A identificação e as informações de contato do controlador dos dados, disponíveis nos canais de comunicação da Toro;
IV. Informações acerca de eventuais compartilhamentos dos dados tratados;
V. As responsabilidades dos agentes de tratamento envolvidos; e
VI. Todos os direitos do titular listados no art. 18º da LGPD, que são os seguintes:

    i. Confirmação da existência de tratamento: o titular dos dados tem o direito de receber da Toro a confirmação de que seus dados pessoais são tratados. Podendo, ainda, a Toro indicar se há outro controlador realizando o tratamento dos dados pessoais, para que o titular possa saber da finalidade, bem como o contato deste terceiro para maiores esclarecimentos;
    ii. Acesso aos dados: Uma vez confirmada a existência do tratamento, o titular tem o direito de ter acesso aos seus dados tratados pela Toro e, após esse acesso, também poderá exercer outros direitos aqui descritos;
    iii. Correção de dados: De igual forma, é dever da Toro garantir que os dados estejam sempre corretos em seus bancos de dados, em atendimento ao princípio da qualidade dos dados , principalmente ante a condição do titular de colaborador, prestador ou cooperado em suas dependências. Assim, se o titular verificar algum erro nos dados tratados pela Toro, ou caso algum deles necessite de atualização, deverá solicitar a correção à Toro;
    iv. Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados: Quando os dados forem tratados de maneira desnecessária, excessiva ou em desconformidade com a LGPD, o titular poderá solicitar que eles sejam eliminados, bloqueados ou anonimizados. Essa solicitação será avaliada pelo Encarregado (DPO) da Toro junto à equipe de

Privacidade e será reportado ao titular a pertinência ou não da solicitação, sendo tal devolutiva devidamente fundamentada;

v. Portabilidade: O titular tem o direito de solicitar a portabilidade dos seus dados, a qualquer momento, a outro prestador de bens ou serviços, em formato que permita a sua leitura e utilização, atentando-se a eventual regulamentação da Autoridade Nacional sobre a modalidade, e preservados os segredos industrial e comercial da Toro;

vi. Revogação do consentimento e eliminação dos dados: Após a coleta do consentimento para tratamento de dados pessoais pela Toro, o titular tem o direito de revogá-lo a qualquer momento, mediante manifestação expressa nesse sentido, de maneira gratuita e facilitada. Cumpre ressaltar que, nesse caso, os tratamentos serão interrompidos e, caso seja de interesse do titular, seus dados serão eliminados. Também é dever da Toro alertar o titular que armazenamentos realizados com fundamento em outra base legal, que será prontamente avisado ao titular, ou no caso de dados anonimizados, não serão passíveis da eliminação aqui prevista;

vii. Informações sobre compartilhamentos de dados pessoais: O titular também tem o direito de obter da Toro informação de quais entidades públicas ou privadas os seus dados pessoais são compartilhados pela Toro, sempre observados os segredos comercial e industrial; e

viii. Possibilidade de não fornecer consentimento e consequências do não fornecimento do consentimento: Por fim, o titular tem direito de saber exatamente quais serão as consequências da negativa da concessão de consentimento a qualquer operação nele pautada, caso ele seja solicitado pela Toro.

Além dos direitos listados acima, o titular, também pode requerer a revisão de decisões automatizadas tomadas sobre seus dados pessoais unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade. Para este fim, são consideradas “decisões automatizadas” aquelas tomadas por meio de processo que automatiza a filtragem de dados através de critérios pré-estabelecidos, geralmente por uso de algoritmos.

Ademais, sempre que solicitado, a Toro fornecerá informações claras e adequadas a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a tomada dessas decisões automatizadas, mas como já informado, observados os segredos comercial e industrial. Se, por algum motivo, a Toro não puder adotar imediata providência para atender às solicitações do titular acerca dos direitos listados no art. 18º da LGPD, enviará uma resposta o quanto antes comunicando o motivo, que poderá ser um dos seguintes: a) a Toro não é agente de tratamento dos dados, hipótese em que indicará, caso esteja em seu poder, o agente correto; ou b) existe alguma razão de fato ou de direito que impede a adoção imediata da providência solicitada, a qual, caso possível, será informada na resposta.

Por fim, para que se possa atender às requisições feitas pelo titular, e para garantir a segurança dos dados, é possível que a Toro solicite algumas informações para ter certeza da identidade do

titular e confirme a autenticidade da solicitação, conforme previsto no procedimento de política de privacidade.

5.3. Da segurança dos dados

A Toro busca a garantia da proteção de dados pessoais, através dos recursos de Segurança da Informação, estabelecendo regras para o cuidado na coleta, uso, tratamento e para a proteção de informações pessoais tratados pela Toro, principalmente na ocorrência de qualquer tipo de incidente que envolva dados pessoais, nos seguintes critérios:

I. As informações privadas dos colaboradores e demais partes interessadas devem ser protegidas contra acesso, alteração e divulgação não autorizada;
II. As informações deverão ser classificadas no seu nível de acesso e tratadas de acordo com o procedimento de classificação e tratamento da informação. Portanto, o tratamento das informações e dados pessoais dos colaboradores e terceiros deve estar alinhado com as diretrizes de classificação e tratamento da informação;
III. Os colaboradores responsáveis pelos ativos de informação que suportam os dados privados das pessoas devem assinar o "Acordo de Confidencialidade e Responsabilidade" e ter conhecimento desta Política Interna de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;
IV. Devem ser realizadas análises críticas dos direitos de acesso dos usuários, principalmente com relação as contas com perfil administrativo, visando controle adequado dos acessos lógicos. Sendo que os direitos e restrições de acesso às informações e dados pessoais devem estar de acordo com os papéis/perfis específicos e necessidades dos usuários, e a solicitação, aprovação e concessão desses acessos deverá observar a legislação Política da LGPD Versão 1.0 – Agosto 2022 12 Confidential pertinente e a obrigação contratual relativa à proteção de acesso a dados ou serviços, em especial a privacidade dos dados pessoais; e

Por fim, sempre que algum processo de tratamento de dados pessoais possa gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, a Toro elaborará um Relatório de Impacto, com base em processo de avaliação sistemática de impactos e riscos à privacidade, que conterá a descrição dos tipos de dados coletados, a metodologia utilizada para a coleta e para a garantia da segurança das informações e a análise da Toro com relação às medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco adotados, observados os segredos comercial e industrial.

5.3.1. Garantias e comunicação sob aspecto de segurança

Além de prezar pela privacidade, a Toro também se preocupa bastante com a segurança da informação que transita em seu ambiente. Nesse sentido, utiliza soluções e medidas técnicas reconhecidas pelo mercado para garantir o tripé da segurança da informação: a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados tratados. A Toro possui procedimentos de segurança física, eletrônica e gerencial com o intuito de proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de

alteração não autorizada, destruição, perda, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. No que tange ao armazenamento de informações, todos os dados pessoais tratados pela Toro podem estar localizados em dois ambientes distintos, a depender do tipo e da sensibilidade da informação:

I. Em um CPD (Centro de Processamento de Dados) com controle de acesso, cujo objetivo é ser a conectividade do escritório em que os colaboradores trabalham; e
II. Em nuvens de alto padrão de segurança, com provedores de confiança e amplamente certificados nos frameworks internacionais do mais elevado padrão de rigor e recursos para realizar a classificação da informação com base na confidencialidade, a gestão de acesso, como controles privilegiados de acesso de usuários, criptografia e registros em log, gerenciamento de chaves, mascaramento de dados, monitoramento de atividades e auditoria contínua, dentre outros. Além disso, os fornecedores também adotam várias medidas Política da LGPD Versão 1.0 – Agosto 2022 13 Confidential para prevenir violações de privacidade, mas, caso venham a acontecer, são seguidos procedimentos eficazes de detecção, resposta e correção ao incidente de forma mais rápida possível, alinhados com o rigor do padrão de segurança Toro.

Com essas e outras medidas, a Toro visa mitigar ao máximo os riscos de incidentes de segurança que possam acometer aos dados por ela tratados e, mesmo na improvável hipótese de algo assim ocorrer, a Toro tem o compromisso de identificar, detectar, proteger e responder incidentes com máxima eficiência, informando, sempre que necessário, a sua ocorrência, caso possa representar risco à privacidade do titular.

A Gestão de Incidentes de Segurança da Informação se aplica a todos os colaboradores e terceiros que lidam direta ou indiretamente com os ativos de informação e das informações dos clientes sob custódia da Toro, no caso da ocorrência de quaisquer tipos de incidentes deverão ser seguidas os regramentos previstos nessa política.

Contudo, ainda que sejam utilizadas as melhores medidas de segurança existentes no mercado e a Toro esteja em constante evolução e melhoria contínua nesse sentido, é importante esclarecer que não é possível garantir a total inviolabilidade dos dados tratados pela Toro, bem como de seus fornecedores. De toda forma, ainda que isso venha a acontecer, a Toro possui um plano de remediação para que o dano potencial seja o menor possível ou, de preferência, inexistente.

5.3.2. Ciclo de vida do dado pessoal

Os dados tratados são armazenados, via de regra, pelo prazo necessário ou permitido a depender do tratamento, conforme a base legal que o justifica. Sendo assim, é certo informar que os dados serão excluídos:

I. Mediante verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;
II. Após o fim do período de tratamento informado ao titular;
III. Mediante solicitação de exclusão por parte do titular, caso a modalidade de tratamento comporte este tipo de pedido; ou Política da LGPD Versão 1.0 – Agosto 2022 14 Confidential
IV. Por determinação da Autoridade Nacional (ANPD), quando houver violação ao disposto na LGPD.

No entanto, em alguns casos, os dados pessoais poderão ser retidos para garantia da segurança jurídica de todas as partes envolvidas, para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela Toro ou para seu uso exclusivo, neste último caso, vedado o acesso por terceiros e desde que anonimizados previamente estes dados.

Além disso, a Toro declara que alguns de seus documentos, tanto físicos, quanto eletrônicos, são enviados à empresa especializada em guarda dos documentos e lá são arquivados de acordo com os parâmetros de controle de cada registro armazenado até a eliminação definitiva ou anonimização completa desses documentos.

Vale ressaltar que, enquanto os dados estiverem armazenados pela Toro, o titular poderá solicitar a confirmação deste armazenamento e até mesmo acesso aos dados ou a sua correção, desde que não tenham sido anonimizados previamente à consulta para uso exclusivo e interno da Toro.

5.3.3. Término no tratamento dos dados pessoais

Como explicitado no tópico acima, a utilização de cada base legal interferirá diretamente no ciclo de vida do armazenamento dos dados pessoais pela Toro. No entanto, conforme permitido pelo art. 16º da LGPD, os dados pessoais poderão ser mantidos na base da Toro mesmo após o término do tratamento para:

I. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela Toro;
II. Transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD; ou
III. Uso exclusivo da Toro, após a completa anonimização dos dados e com a garantia de que terceiros não acessarão tais informações.

5.3.4. Ambiente de testes

A Toro informa que, em ambientes de homologação e testes, sempre prezará pela utilização de dados anonimizados. Caso seja necessário o uso de dados pessoais nesses ambientes, devem ser avaliados e implementados controles de Segurança da Informação para proteger os dados, tanto no controle de acesso quanto na proteção das informações, buscando utilizar os dados estritamente necessários para os testes.

6. DO PROGRAMA DE PRIVACIDADE

O Grupo Toro possui um programa de privacidade implementado, composto por um conjunto de políticas, procedimentos e controles que objetivam gerenciar e proteger dados pessoais em toda a organização. O programa de privacidade é gerenciado e monitorado pelo Time de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

7. DA REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS PERIÓDICAS

Periodicamente serão realizadas auditorias de segurança da informação e proteção de dados para verificar a eficácia dos controles implementados de privacidade e proteção de dados para a aderência da LGPD.

8. RESPONSABILIDADES

8.1. Responsabilidades Gerais

É responsabilidade de cada área do Grupo Toro assegurar a conformidade com as normas de privacidade e proteção de dados. Isso inclui, mas não se limita a, identificar e avaliar riscos associados ao tratamento de dados pessoais em suas respectivas operações, implementar medidas de mitigação, e manter registro das atividades de tratamento de dados, sempre contando com o suporte do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) e do Time de Privacidade da Toro.

8.2. Responsabilidades Específicas

- DPO: De acordo com o parágrafo segundo do artigo 41 da LGPD, as atividades do DPO consistem em: (i) Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências; (ii) Receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências; (iii) Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; (iv) Executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

  Além disso, compete ao DPO: Apoiar, aconselhar, monitorar e fiscalizar os responsáveis por tratar, interna ou externamente, Dados Pessoais em nome da organização; Acompanhar a manutenção e revisão anual das normas e políticas de privacidade e dados pessoais da organização, garantindo a geração de histórico e evidências, necessárias para a certificação da empresa e viabilizando a auditagem dos processos; Garantir a realização, acompanhar e monitorar auditorias semestrais internas e anuais externas para a gestão de privacidade e dados pessoais; Fiscalizar o cumprimento das normas e políticas de privacidade da organização; Manter-se atualizado sobre o cenário regulatório aplicável ao Grupo Toro e interagir com a equipe de Segurança da

Informação (SI) sobre aspectos de proteção de dados pessoais e monitoramento de incidentes de SI; Manter a Alta Direção informada sobre aspectos internos da gestão de privacidade e dos Dados Pessoais; Monitorar, acompanhar e apoiar a tratativa de incidentes de privacidade e Dados Pessoais; Acompanhar, monitorar e propor medidas corretivas para os processos associados aos direitos do Titular; Revisar, monitorar e aprovar registros de tratamento de Dados Pessoais; Impulsionar a cultura de privacidade na organização por meio da conscientização, interação com os departamentos, promoção de atividades específicas, entre outros; Participar de reuniões de áreas quando demandado por elas; Prestar suporte jurídico em matéria de proteção de dados sempre que solicitado; Acompanhar o cumprimento dos requisitos contratuais exigidos pela organização com relação àqueles que, de alguma forma, estão envolvidos nos processos de Tratamento de dados e vice-versa; Determinar, monitorar e revisar fatores externos e internos que são pertinentes ao contexto da organização e que afetam sua capacidade de alcançar os resultados pretendidos por seu Programa de Sistema de Gestão de Privacidade e Proteção de Dados.

- Time de Privacidade: O Time de Privacidade Interno da Toro tem a função de implementar e manter as políticas e procedimentos de privacidade e proteção de dados em toda a organização, apoiando o DPO em todas as suas atividades, incluindo, quando necessário, a realização de auditorias internas, a gestão de incidentes de privacidade, manter-se atualizado sobre o cenário regulatório aplicável ao Grupo Toro, e a promoção de uma cultura de proteção de dados em todas as áreas do Grupo.
- Tecnologia: Deve garantir que sistemas e aplicações desenvolvidos internamente ou adquiridos de terceiros estejam em conformidade com as políticas de privacidade e proteção de dados, incluindo aspectos de segurança e classificação de dados.
- Segurança da Informação: A área de Segurança da Informação é responsável por estabelecer e manter os padrões de segurança para proteção dos dados pessoais tratados pelo Grupo Toro. Isto inclui a implementação de medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados, bem como a realização de avaliações de riscos e resposta a incidentes de segurança de dados.
- Gestores das áreas: Responsáveis pela implementação das diretrizes de privacidade e proteção de dados em suas respectivas áreas, incluindo a promoção de treinamentos e conscientização de suas equipes;
- Diretoria de Riscos: Responsável pelo acompanhamento periódico da maturidade do programa de privacidade do Grupo Toro, pela aprovação das iniciativas relacionadas ao cumprimento do programa de privacidade e pelo apoio e promoção da cultura de privacidade junto à alta liderança do Grupo Toro;
- Fórum Semanal de Privacidade: Reunião semanal do time de privacidade em conjunto com a Diretoria de Riscos, devidamente registrada em ata, para acompanhamento das iniciativas relacionadas ao cumprimento do programa de privacidade e aprovação de iniciativas;
- Fórum Sênior de Riscos: Reunião quinzenal da Diretoria de Riscos, Diretoria de Tecnologia, Times de Governança, Privacidade, Compliance, Tecnologia, SI e Operações,

devidamente registradas em atas, para acompanhamento periódico da maturidade do Grupo Toro nas referidas áreas, discussões de temas relevantes e aprovação de iniciativas relevantes; e

- Colaboradores: Devem seguir as políticas e procedimentos estabelecidos, protegendo os dados pessoais manipulados e reportando qualquer incidente ou suspeita de não conformidade à área responsável.

9. ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (DPO)

É possível acionar o nosso Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) a qualquer momento através do e-mail: privacidade@toroinvestimentos.com.br, para:

I. Sanar dúvidas;
II. Tratar de algum tema referente à privacidade e/ou proteção de dados pessoais;
III. Tratar da modificação de operações de tratamento de dados pessoais;
IV. Tratar do surgimento de novas operações de tratamento de dados pessoais;
V. Por fim, reforçamos que caso sua dúvida seja para exercer os seus direitos como titular previstos no tópico 5.2, é necessário se atentar ao procedimento do canal de atendimento na política de privacidade (de comunicação ao titular).

A estrutura de Privacidade da Toro conta com o DPO, um time interno de privacidade, e o suporte de um escritório terceirizado especializado em Privacidade e Proteção de Dados. O DPO deve reportar-se diretamente à alta gestão da Toro e, conforme o contexto, aos gestores de cada área.

Em caso de ausência ou impedimento do DPO, o Time de Privacidade assumirá suas funções contando com o apoio do escritório terceirizado.

10. VIGÊNCIA E REVISÃO

Esta norma entra em vigor a partir da data de sua aprovação e sua revisão deve ocorrer no período máximo de **24 meses**, ou sempre que se fizer necessária.

11. CONTROLE DE VERSÕES

Item	O que foi alterado	Data	Responsável
v.1.0	Primeira versão do documento	06/10/2022	Compliance
v.1.0	Aprovação	10/10/2022	Diretoria

v.2.0	Revisão dos itens 4.1.1,4.1.13,5.1.1, e área responsável	05/09/2023	Privacidade
v.2.0	Aprovação	05/09/2023	Diretoria
V.3.0	Revisão dos itens 5, 5.1.1, 7, 8 e 9	24/01/2024	Privacidade
V.3.0	Aprovação	30/01/2024	Diretoria
V.3.1	Revisão dos itens 6 e 8	11/06/2024	Privacidade
V.3.1	Aprovação	12/06/2024	Diretoria
V.4.0	Rebranding da política (sem alteração no texto)	08/01/2025	Privacidade
V.4.0	Aprovação	08/01/2025	Diretoria
V.4.1	Inclusão do item 5.1.2	16/01/2025	Privacidade
V.4.1	Aprovação	16/01/2025	Diretoria
V.4.2	Alteração do item 8.2	19/03/2025	Privacidade
V.4.2	Aprovação	19/03/2025	Diretoria

www.toroinvestimentos.com.br